

"A malária no Inferno Verde": ciência, saúde e natureza"

Rômulo de Paula Andrade – Bolsista CAPES

Doutorando – Casa de Oswaldo Cruz

As articulações entre ciência e projeto de nação encontram no pós-Segunda Guerra um período profícuo de análise, devido a profusão de organizações internacionais (ONU, FAO, OMS), além da elaboração de projetos que tinham o objetivo de desenvolver povos e regiões periféricas. Harry Truman, em seu discurso de posse em 1949 deu início ao programa *Ponto IV*, cujo objetivo era estender a ajuda econômica aos países da América Latina, África e Ásia, tendo em vista a disputa de influência geopolítica da Guerra Fria e da crença estadunidense à época que o mundo ocidental possuía tecnologia o suficiente para superar os problemas que grassavam nas regiões mais pobres do mundo.

A fala de Truman é considerada por pesquisadores da chamada "Antropologia do Desenvolvimento" como o marco zero de uma invenção: o desenvolvimento e sua contraparte, o subdesenvolvimento.¹ Tendo como base estatísticas e padrões de vida ocidentais, este período teria correspondido a um intenso processo de controle e de "ocidentalização" dos países periféricos envolvidos, devido ao caráter autoritário e hegemônico deste processo. A partir desta premissa, ou seja, o desenvolvimento como um discurso historicamente construído, cabe a formulação de algumas questões de âmbito geral, que têm sido constantemente reformuladas no trabalho em curso:

- De que forma o desenvolvimento foi apropriado em contextos históricos locais específicos?
- Como atores locais ressignificaram tal discurso a partir de suas necessidades específicas?

¹ "Antropologia do Desenvolvimento" é uma tradução livre de *Anthropology of development*, termo cunhado por Arturo Escobar para definir sua "filiação" na academia. A *Anthropology of development* surgiu como oposição à *Development Anthropology*. A diferença entre as duas, segundo Grillo é que, enquanto a primeira se ocuparia na análise sócio-científica do desenvolvimento como um processo político, cultural e econômico, a segunda estaria engajada diretamente na aplicação de projetos de desenvolvimento (avaliação de projetos ou assessoria política). Tal divisão e demonização da *Development Anthropology* também tem sido alvo de trabalhos acadêmicos.

Nossa proposta para a presente oficina é analisar estas premissas a partir de um problema específico: as concepções de desenvolvimento envolvidas na "Valorização Econômica da Amazônia", por meio das contribuições teóricas deste grupo de autores e de fontes históricas da época, com o intuito de compreender as apropriações deste discurso nos projetos para a região amazônica. Nosso argumento é que as concepções e colaborações internacionais com o objetivo de melhorar as condições locais da Amazônia nestes planos (tais como o *Programa de Emergência* e o *Primeiro Plano Quinquenal*) vieram ao encontro de discussões intelectuais e projetos governamentais em curso - em especial a partir dos anos 40, com as práticas e discursos do Estado Novo para a região - onde o pensamento social amazônida caracterizou-se por trabalhos que buscavam o "fim das lendas" e uma efetiva ação social do poder público sobre a região. Dessa forma, em uma escala local

Inicialmente, apontaremos os debates acadêmicos em torno da "Antropologia do Desenvolvimento", discutindo possíveis apropriações deste campo às discussões históricas.

Múltiplas faces do Desenvolvimento: um discurso construído historicamente, um conceito em constante transformação – Críticas, respostas e contribuições dos *Post-Developmentists*

Nos últimos cinquenta anos, a conceituação do "desenvolvimento" nas ciências sociais passou por três momentos principais correspondentes a três orientações teóricas contrastantes: a teoria da modernização nas décadas de cinquenta e sessenta; a teoria da dependência e perspectivas relacionadas aos anos sessenta e setenta; e aproximações críticas ao desenvolvimento como discurso cultural na segunda metade dos anos oitenta e noventa. Os dois trechos a seguir expõem de forma significativa as concepções do último grupo destacado.

Anthropologic analyses of development have given development an identity crisis in the social science field. In a similar vein, are not many third world social movements saying loud and clear that the world according to the development discourse is not all there is? (ESCOBAR, 1997:18)

O trechos acima contribui para a compreensão das origens das formulações de Arturo Escobar e seu grupo frente à desconstrução do discurso do desenvolvimento, analisado por eles como um meio do ocidente se representar nos países pobres, desconsiderando formações e grupos locais, partindo de uma padronização do homem e da sociedade do ponto de vista estadunidense. As críticas destes autores ao desenvolvimento, tendo como objetivo e prática social seu fim, é parte de um projeto denominado "pós-desenvolvimento", definido como "uma conscientização de que a realidade pode ser definida em termos distintos aos do desenvolvimento e, que, por consequência, as pessoas possam atuar sobre as bases destas diferentes definições" (ESCOBAR, 2005:22). Dessa forma, para estes autores, as críticas são formuladas a partir de uma preocupação com suas ações sociais.² A 'filiação' teórica deste grupo é o pós-estruturalismo, a partir das bases teóricas propostas por Michel Foucault e suas problematizações do discurso, além de grande influência de Edward W. Said e seu "Orientalismo", apropriado por estes estudiosos como um "Ocidentalismo", ou seja, o desenvolvimento como projeto político teria representado na prática uma imposição dos valores, conceitos e padrões dos países ricos aos países pobres, passando a denominá-los como "terceiro mundo" ou "subdesenvolvidos". Segundo Escobar, o principal elemento-chave da crítica pós-estruturalista não teria sido tanto propor outras visões de desenvolvimento, mas questionar os modos que Ásia, África e América Latina chegaram a ser definidas como subdesenvolvidas e, conseqüentemente, necessitadas de melhorias. Na obra considerada uma das mais importantes deste grupo de estudos acadêmicos, Arturo Escobar aponta o desenvolvimento como um discurso e o desconstrói, à moda pós-estruturalista com o objetivo de demonstrar como a palavra "desenvolvimento" reúne um conjunto de práticas de controle e homogeneização de culturas ditas periféricas. Nas palavras do autor:

El desarrollo (...) debe ser visto como um régimen de representación, como una 'invención' que resultado de la historia de la posguerra y que, desde sus inicios, moldeó ineluctablemente toda posible concepción de la realidad y la acción

² Arturo Escobar cita como exemplo de prática pós-desenvolvimentista e de "modernidade alternativa" o *Proceso de Comunidades Negras* (PCN), do Pacífico Sul Colombiano. Segundo o autor, os ativistas e as comunidades desta região têm reclamado seus direitos como produtores de conhecimento e desenvolvido uma conceituação da região do Pacífico Sul colombiano como um "território-região" de grupos étnicos, fugindo da construção habitual do lugar conhecido como "foco de desenvolvimento regional".

social de los países que desde entonces se conocen como subdesarrollados.(ESCOBAR, 1998:14)

Escobar se propõe a analisar o desenvolvimento como uma experiência historicamente singular, como a criação de um domínio de pensamento e ação, apontando as características e interrelações, em especial do sistema de poder que regula sua prática e as formas de subjetividade deste discurso, aquelas por cujo intermédio as pessoas reconhecem a si mesmas como "desenvolvidas ou "subdesenvolvidas". Este discurso se caracterizava por ser excludente: as populações atingidas pelas práticas desenvolvimentistas não foram teriam sido partícipes deste processo. Para o autor, o desenvolvimento era, e continua sendo, em grande parte, um enfoque de cima para baixo, etnocêntrico e tecnocrático, que trata a população e as culturas locais como conceitos abstratos, cifras estatísticas que moviam de um lado para o outro sob o signo do progresso.

A agenda pós-estruturalista busca responder de diferentes formas o seguinte questionamento: "Por que, por meio de que processos históricos e com que conseqüências Ásia, África e América Latina foram compreendidas como o 'Terceiro Mundo' através de discursos e práticas de desenvolvimento?"(ESCOBAR, 2005:18) As respostas a estes questionamentos compreendem, segundo Escobar, muitos elementos, podendo destacar os seguintes apontamentos dos programa de estudos deste grupo:

- Como discurso histórico, o "desenvolvimento" surgiu no período pós-Segunda Grande Guerra, tendo raízes em processos históricos mais profundos da modernidade e do capitalismo. Durante os anos de 1945-1960 que os *experts* do desenvolvimento passaram a chegar de forma intensa na Ásia, África e América Latina, dando realidade à construção do Terceiro Mundo. (IDEM)

- Este discurso possibilitou a criação de um vasto aparato institucional que se converteu em uma força social real e efetiva de transformação da realidade econômica, social, cultural e política das sociedades em questão. Este aparato compreende uma variada gama de organizações, desde as instituições oriundas de *Bretton Woods* (como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional), organizações internacionais (como

a Organização das Nações Unidas), até agências nacionais de planificação, assim como projetos de desenvolvimento em escala local (IBIDEM).

- O discurso do desenvolvimento teria operado através dos seguintes mecanismos: a profissionalização dos problemas, possibilitando o aparecimento de conhecimentos especializados, assim como campos para lidar com todos os aspectos do subdesenvolvimento e a institucionalização do desenvolvimento, por meio da criação de variadas agências internacionais e locais (IDEM).

- A análise pós-estruturalista destacou, por fim, as formas de exclusão deste discurso institucionalizado, em especial a exclusão dos conhecimentos, vozes e preocupações daqueles que, paradoxalmente, deveriam se beneficiar do desenvolvimento: a população pobre da Ásia, África e América Latina (IDEM).

As interpretações dos "pós-desenvolvimentistas" têm despertado algumas críticas, bem como respostas destes autores. Nos interessa aqui analisar como críticos e estudiosos deste fenômeno histórico (desenvolvimentismo) o definem em sua análise e as possíveis contribuições deste debate ao recorte temporal e regional proposto. À guisa de término desta seção, vamos apontar as contribuições destes debates à nossa análise das políticas de desenvolvimento para a região amazônica nos anos de 1950.

Críticas agudas, como as de Lehmann, apontam para uma malfadada pretensão de Escobar e seu grupo em substituírem as teorias da dependência como o principal método de análise do desenvolvimentismo:

For all his post-modernist jargon, Escobar has not yet escaped the third worldism and the populism of the dependency generation whom he may not attack explicitly, but whose project he evidently wishes to replace. The denunciation of the development professionals is a rephrasing of yesterday's denunciations of imperialism. The advocacy of social movements is an attempt to extract the idea of popular mobilisation from Marxist historicism, but once again there is no attempt to come to terms with the outcomes as they are known to us now, or to deal with the theoretical implications (LEHMAN, 1997:11).

Mais interessantes para nossa análise, as considerações críticas de Ralph Grillo são contundentes ao referirem-se à análise de Escobar como a construção de um

discurso monolítico, pouco atento às particularidades locais. O caráter assimétrico das considerações de Escobar daria origem ao que Grillo chama de "Mito do desenvolvimento". Segundo o autor, há uma tendência exagerada nos pós-estruturalistas, em ver o desenvolvimento como uma empreitada monolítica, extremamente controlada pelo "topo", convencido de sua superioridade e sabedoria em relação ao saber local. Dessa forma, diferentes experiências históricas locais estariam submetidas a uma única voz toda-poderosa, dando origem ao "mito do desenvolvimento":

Like most myths it is based on poor and partial history, betraying a lack of knowledge of both colonialism and decolonization, and throughout it reflects a surprising ethnocentrism: it is very much the view from North America (...) it has a jacobinist conviction of the state's power to achieve miraculous things (...) the development myth proposes that there are 'developers' and 'victims of development' (Grillo, 1997:20-21).

Ralph Grillo questiona: seria correto falar sobre "o" discurso do desenvolvimento? Para o autor, pensar neste discurso como monolítico demonstra-se limítrofe, pois ignora que existe uma grande diversidade dentro da comunidade dos "desenvolvimentistas", além do desenvolvimento conter em seu interior múltiplas vozes e conhecimentos, mesmo havendo uma hierarquia entre eles. Grillo aponta que, na prática, há uma distância significativa entre as idéias e práticas das agências de desenvolvimento e as das populações locais. No curso dos trabalhos destas organizações ocorreria a apropriação e uso dos saberes locais de idéias emanadas das agências de desenvolvimento, fazendo com que estas ações se tornem incompatíveis com um modelo padrão previamente estabelecido (IDEM).

A partir das contribuições do pós-estruturalismo e as críticas, podemos estabelecer um diálogo entre o processo histórico local da Amazônia e o discurso do desenvolvimento em escala global. Reconhecemos que ocorreu, entre os anos de 1940 e 1950, a expansão do discurso dos países ricos em colaborar com regiões desfavorecidas e de práticas envolvendo colaborações técnicas e ajuda financeira para estas localidades. Mas é importante assinalar que este processo também ocorreu em escala local, como é o caso brasileiro. Como aponta Bielschowsky, o desenvolvimento brasileiro se relaciona

diretamente à difusão de uma ideologia nacional industrializante dos anos de 1930. O autor ressalta que, o desenvolvimentismo visto como uma ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional só viria a tornar-se hegemônico na segunda metade dos anos 1950. O que o processo histórico de tomada do industrialismo acentuou, nas décadas intermediárias, foi o suporte histórico para a conscientização desenvolvimentista (BIELCHOWSKY, 2000:248-251).

No caso da Amazônia, a "Ideologia do Desenvolvimento" veio ao encontro de um percurso histórico local, ocorrido entre os anos de 1930 e 1940, quando a região passou a ter, mesmo que em menor escala, relevância para as políticas públicas nacionais. Dois fatores preponderantes determinaram este fato: o programa de governo *Marcha Para o Oeste*, que definiu a Amazônia como um lugar “a ser conquistado” pelo poder central, e a viagem de Getúlio Vargas, quando proferiu o discurso denominado posteriormente de *Discurso do Rio Amazonas*, amplamente divulgado pela propaganda governamental como a “nova descoberta da região”. Estes acontecimentos influenciaram na produção de artigos de escritores do periódico *Cultura Política*, principal meio de divulgação do pensamento político do Estado Novo. Os escritos dos anos 1940 refletiam uma preocupação de intelectuais locais que, entre os anos 1930 e 1950, foram partícipes no processo de ações governamentais para a região amazônica, e buscavam em seus textos, superar as imagens lendárias da região, bem como representações de Amazônia como "Inferno Verde", cunhada a partir da obra de Alberto Rangel.³ Crítica à literatura ficcional anterior e demandas pelo reerguimento econômico, ocupação e saneamento da região são características deste período. Desta forma, os discursos estadunidenses acerca do desenvolvimento foram bem recebidos pela elite política e intelectual amazônica, vindo ao encontro de demandas locais por um lugar mais destacado da região nas políticas governamentais. Eventos históricos, como o

³ A pesquisadora Selda Vale da Costa aponta a carência e uma possível agenda de pesquisa para este período: *Os anos 30 e 50 na Amazônia são de ouça pesquisa crítica, constituem um período ainda não resolvido pela historiografia regional. Seria fundamental para sua compreensão medir o peso da produção intelectual em relação ao que se produzia no Brasil na mesma época, saber quais preocupações temáticas envolviam a todos ou que originalidades foram possíveis. Mas, principalmente, perceber as transformações que se processam no papel do intelectual em relação á sociedade e ao Estado, principalmente durante o Estado Novo. Na Amazônia, a grande maioria dos intelectuais colabora em ações governamentais, quando não é partícipe direta.*(COSTA, 2007:306).

dispositivo constitucional de 1946 e o ocaso do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica são reflexos deste contexto.

A Valorização Econômica da Amazônia em sua época: conceitos, demandas e formação técnica

De acordo com Brito, a discussão conceitual em torno do desenvolvimento da região adotou a idéia de *Valorização* em razão da conotação econômica do termo. Essa seria, para o autor, uma estratégia para impor uma modernização sem no entanto provocar rupturas radicais e profundas no ordenamento social. Dessa forma as políticas estatais dos anos 1950 adotaram a idéia de recuperação econômica, unindo esta concepção ao nacionalismo da época, presente nas conclusões dos intelectuais que a região constituía "um espaço vazio, economicamente improdutivo e politicamente perigoso" (BRITO, 1999:146). Mesmo com tais prefigurações, consideramos simplista a análise e concepção destes planos como meramente econômicas. Entre as críticas recebidas pela Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia era a abrangência desnecessária do Plano quinquenal, em detrimento de ações mais seletivas e com melhores possibilidades de êxito (MAHAR, 1978; CARDOSO e MULLER, 1978).

Retomando a crítica formulada por Grillo a Escobar (em relação ao caráter "monolítico" do discurso do desenvolvimento), sugerimos que, para uma melhor localização histórica das múltiplas vozes do discurso desenvolvimentista, é necessário analisar como tais idéias foram apropriadas a partir de demandas locais, a partir da análise de fontes produzidas na época. A exposição e críticas destas fontes responderão as seguintes perguntas:

- Como o desenvolvimento amazônica era visto pelos *policy-makers* brasileiros dos anos 1950?
- Quais demandas históricas estão contidas nos planos de valorização da Amazônia?
- Qual o lugar da região no contexto de formação de quadros técnicos da época?

Os processos decisórios das políticas governamentais de desenvolvimento da região amazônica envolveram um fator decisivo na formulação destes projetos: o nacionalismo. Segundo Bielschowsky, a ideologia nacionalista, nucleada pelo debate do petróleo durante o segundo Governo Vargas, estava em franca ascensão, alimentando a conscientização sobre a racionalização da economia em favor do desenvolvimento nacional (BIELSCHOWSKY, 2000:323). No caso da Amazônia, tais sentimentos nacionais estavam exacerbados em decorrência do episódio envolvendo a malfadada criação do Insitituto Internacional da Hiléia Amazônica. Neste mesmo período, a partir da criação da Comissão de Desenvolvimento Industrial, o pensamento desenvolvimentista, por meio do Industrialismo da época, fora incorporado definitivamente no Estado Brasileiro. Assim, a Amazônia, em especial a partir do Segundo Governo Vargas (1951-1954), foi foco de debates e definições acerca das prioridades para o desenvolvimento local.

Em decorrência da precariedade de dados, foi convocada entre agosto e novembro de 1951 uma conferência técnico-administrativa com a finalidade de levantar problemas e soluções para a região amazônica. O presidente da conferência foi Rômulo Almeida, na época, integrante do quadro da assessoria econômica de Getúlio Vargas e um dos principais expoentes do pensamento desenvolvimentista elaborado pelo setor público, com viés nacionalista, que tinha como projeto econômico básico a industrialização planejada, fortemente apoiada por empreendimentos estatais.

Segundo Almeida:

Nossa preocupação foi fugir de um tratamento sentimental do problema amazônico, mas, pelo contrário, mostrar objetivamente que a Amazônia brasileira dispõe de recursos para eficiente aproveitamento imediato, capazes de torná-la uma região florescente, crescendo sobre seus próprios pés e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países vizinhos e amigos do Continente (BRASIL, 1954: VI).

Um resumo dos principais pontos da conferência foi apresentada pelo próprio Vargas, em sua mensagem anual de 1952 na seção dedicada aos problemas regionais. Pra fins práticos, a região foi considerada na sua unidade geográfica e sócio-econômica e não nas divisões políticas, mesmo que esse fator fosse levado em conta. Além do

levantamento das condições de vida da população local, foi realizada uma expectativa de crescimento para a Amazônia em 20 anos.

Percebe-se no plano, que determinadas agendas presentes em discussões globais desde o período entre-guerras estavam na agenda de debates. Uma delas era relativa à alimentação, com a criação de um centro de debates especial para este assunto. Este tema veio à baila em decorrência da criação de padrões internacionais após a Crise de 29. Entre dezembro de 1932 e novembro de 1935, encontros entre especialistas em nutrição criaram os primeiros padrões internacionais de alimentação, definindo o mínimo de elementos que o indivíduo deveria ingerir, como a definição de vitaminas, quantidade mínima de calorias e de gordura (WEINDLING, S/D: 145). A partir destes padrões e da especialização profissional, a desnutrição foi criada e tornou-se mais um dos elementos a constituir a ideologia do desenvolvimento.

Para o setor de alimentação, ocorreu a indicação de um programa abrangendo pesquisas e abastecimento alimentar, em cooperação a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), sobre as condições locais, recursos, hábitos e disponibilidades econômicas as populações.

REFERÊNCIAS

- Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro – O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo (1930-1964)*, 5ª Edição, Rio de Janeiro, Contraponto, 2000
- Brasil, *Valorização Econômica da Amazônia – Subsídios para seu planejamento - Relatórios e principais contribuições da conferência técnica sobre Valorização Econômica da Amazônia, reunida no Rio de Janeiro entre setembro e novembro de 1951, por determinação do Presidente Getúlio Vargas*. Imprensa Nacional, 1954
- Brito, Daniel Chaves. *A Modernização da Superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia*. Tese de doutorado apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, Pará, 1999.
- Cardoso, F.H; Müller, G. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1978
- Costa, Selda Vale da. "Por rios amazônicos: conversas epistolares com Nunes Pereira", Bastos, Elide Rugai; Pinto, Renan Freitas(orgs.). *Vozes da Amazônia – Investigação sobre o Pensamento Social Brasileiro*. Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007

Escobar, Arturo. "El 'postdesarrollo' como concepto y práctica social". Mato, Daniel (coord.) *Políticas de economía, ambiente y sociedad em tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciências Econômicas y Sociales, Universidade Central de Venezuela, 2005, p.18.

Escobar, Arturo, "Anthropology and Development." *International Social Science Journal* n° 154, 1997, p. 511

Grillo, R.D. "Discourses of Development: The View from Anthropology", Grillo, R.D.; Stirrat, R.L. (Eds.) *Discourses of Development: Anthropological Perspectives (Explorations in Anthropology)*. Berg Publishers, 1997,

Gow, David. "Anthropology and development: Evil twin or moral narrative?". *Human organization*,, 2002, vol. 61, n°4,

Lehman, David. "An Opportunity Lost: Escobar's deconstruction of development". *Journal of Development Studies* April 1997 v33 n4, p568(11), p.7.

Mahar, Dennis J. *Desenvolvimento Econômico da Amazônia – uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978

Weindling, Paul. "Social Medicine at the League of nations Health Organisation and the International Labour Office", Weindling, Paul (Ed.) *International health organisations and movements (1918-1939)*, Cambridge University Press, s/d,